

ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DA CIÊNCIA ECONÔMICA

Antônio Cavalcante de Albuquerque *

INTRODUÇÃO

Neste enfoque epistemológico da Ciência Econômica, vamos estudar e mostrar algumas falhas, que vêm ocorrendo no ensinamento dessa ciência e que têm acarretado para ela, mudanças ao longo do tempo, chegando a grande crise de 1929, a retomada da importância, a partir de John Maynard Keynes, com a Análise Macroeconômica, são crises periódicas em que os economistas têm encontrado dificuldades de detectá-las e de solucioná-las. A maior delas tendo aparecido no fim de 1973, crise essa que abalou os fundamentos das nações industrializadas e, conseqüentemente, de todo o mundo e na qual os economistas com todo o seu instrumental tradicional, não têm encontrado uma maneira de contorná-la.

As crises vinham-se avolumando desde o fim da segunda grande guerra, porém agora há um extravasamento total, e já se ouve nos arraiais das Ciências Econômicas, nas grandes Universidades e nos grandes escritores, uma nova palavra de fé, o surgimento de uma nova ordem econômica, e segundo Celso Furtado, já temos uma "NOVA ECONOMIA POLÍTICA". (1)

Nesse desprezioso trabalho, tratamos no capítulo primeiro, do nascimento da Economia até a Escola Clássica. No segundo capítulo, procuramos dar as principais definições de Economia, principalmente as definições dadas pelo Prof. Samuelson. No terceiro capítulo, tratamos do inter-relacionamento da Economia com as outras Ciências, principalmente as do campo social; a seguir demos a classificação da Economia e a sua universalidade e neutralidade, tratando da crise da Economia, segundo Joan Robinson; ao método e a operacionalidade da classificação dedicamos os dois últimos capítulos.

* Professor de Economia na Faculdade de Filosofia de S. J. da Boa Vista; Mestrando em filosofia social na PUC.

(1) Celso FURTADO, *Nova Economia Política*, Rio, Paz e Terra, 1976.

Um enfoque epistemológico da Ciência Econômica, mereceria um melhor cuidado, bem o sabemos, porém, nem sempre o engenho e arte se faz presente.

O NASCIMENTO DA ECONOMIA

O homem começou a habitar a face da terra e a se multiplicar, precisando mais espaço para suas atividades, criando utensílios para a caça e a pesca e para outros afazeres, e à medida que os materiais iam ficando escassos ou precisavam de outros apetrechos a fim de melhorá-los, inicia-se um processo de especialização, aquele que tiver mais habilidade em fazer seus instrumentos de trabalho, terá maior possibilidade de sobreviver como também submeter outros ao seu poder, é o nascimento da sociedade comunal, embora seja uma economia primitiva, os homens já aí começam a sentir novas necessidades, como os homens não pararam de multiplicar-se, as necessidades foram-se acumulando e os materiais se escasseando, tornando o homem, aquele ser que perambulava pelos prados e rios, um ser societário premido, premido por pressões de novas necessidades, precisando vestir-se melhor, habitar melhor, o homem foi pouco a pouco tornando-se um ser econômico.

“À medida que podemos descobrir as idéias que os primeiros homens tinham conscientemente, elas parecem forjadas para explicar as mudanças de estação, as peculiaridades da terra, os costumes dos animais e as conseqüências disso tudo na satisfação das necessidades humanas. Os problemas econômicos cuja solução requeria explicação não se apresentavam ainda na fase relativamente avançada da sociedade tribal. O processo econômico de uma comunidade em que a técnica de produção é simples, e em que existiam a divisão do trabalho e a propriedade comunal (pelo menos a aplicada em atividades produtivas) mas sem provocar o intercâmbio interno de produtos, não parecia incompreensível a seus membros. Para todos eles era clara a relação entre o esforço individual e a sua satisfação. O processo de produção e o próprio produto estavam a todo momento sob o controle do indivíduo, e por isso era desnecessária qualquer complicada teoria econômica ou social”. (2)

“A luta entre a sociedade tribal orgânica, com sua propriedade comunal e atividade econômica primitiva e o processo econômico impessoal de uma sociedade mais complexa e estratificada, de classes e castas, fundada em

(2) ERIL ROLL, História das doutrinas econômicas, p. 6.

grande medida na propriedade privada, reflete-se no Antigo Testamento e nas recopilações posteriores de leis e interpretações que constituem o genuíno pensamento hebreu". (3)

"Os direitos individuais de propriedade ficaram severamente restringidos por largo tempo, apesar de que o conceito de propriedade privada evoluiu até atingir a terra. São exemplos das limitações de caráter comunal impostas aos direitos individuais as leis ditadas para conservar as relações da família com a propriedade da terra e a declaração de um ano de jubileu. Não podia, porém, deter-se a desintegração da sociedade primitiva. Do progresso da propriedade privada nasceu o comércio interior e exterior, e com ela a possibilidade de acumular riquezas. A monarquia hebraica desenvolveu-se nesse período. A descrição que se faz no livro de "Os Reis" e com mais ênfase nos lamentos, protestos e visões dos profetas nos dá idéia da nítida divisão que havia entre ricos e pobres. O luxo da corte se mantinha graças à classe escrava, qua aumentava gradativamente. Os gastos da casa real, assim como a guerra e os dispendiosos edifícios públicos, faziam-se às custas dos direitos de peagem e dos lucros que o soberano obtinha do monopólio do comércio exterior, do recrutamento de trabalhadores e da cobrança de fortes impostos. O resultado foi o empobrecimento das massas, o confisco da terra e o crescimento de uma classe "não privilegiada". (4)

Passando da civilização hebraica para a grande civilização grega, berço de grande sabedoria e dos grandes filósofos, Platão, Aristóteles, Sócrates e muitos outros, vemos que existiam os mesmos problemas da economia hebraica. "Existia a propriedade privada da terra, uma avançada divisão do trabalho, o comércio sobretudo marítimo e o uso do dinheiro. Haviam-se rompido os fortes laços que uniam a tribo, substituídos pelos de uma sociedade dividida em classes e governada por uma aristocracia latifundiária. Algumas formas democráticas sobreviventes, como a assembléia popular, perderam seu significado nos estados cidades. O verdadeiro poder estava nas mãos dos proprietários de terra e de uma classe governante hereditária. Havia um comércio em expansão. Não só a nova classe mercantil chegou a entrar em conflito com a aristocracia latifundiária, mas também a dependência cada vez maior em que, dos mercados de exportação, ficava a agricultura, e o crescente poder do dinheiro

(3) *Ibid*, p. 7.

(4) *Ibid*, p. 8.

levaram gradualmente ao empobrecimento e à escravidão os camponeses livres, que se haviam indignado com os profetas do Antigo Testamento" (5)

Na famosa constituição de Sólon, no século VI a.C., é um sintoma da agravação desse conflito. Com várias reformas procurou evitar as conseqüências de novos hábitos econômicos e possibilitar uma adaptação pacífica das instituições políticas. Ficou proibido escravizar os devedores e libertaram-se alguns escravos. Alterou-se os mecanismos de poder do Governo, os homens livres foram divididos em quatro classes, segundo as propriedades que possuíam. Todos os cidadãos tinham o direito de votar nas assembléias, com o que finalmente, conservavam o poder de refrear o Governo. Somente os proprietários, no entanto, podiam ocupar cargos públicos.

A maior contribuição da filosofia grega ao pensamento social encontra-se nesse período de transformação. A teoria política grega nasceu de luta social semelhante àquela que levantou o protesto dos hebreus. Inspirou-se também do descontentamento e sempre abordou as reformas sociais.

Depois do mundo grego, tivemos o apogeu do mundo romano, onde a economia seguia a mesma divisão por classes.

DEFINIÇÕES DE ECONOMIA

As definições são muitas, pois cada economista vai criando novas definições a fim de melhor ilustrar as suas idéias. Vamos usar as definições dadas pelo grande professor Paul A. Samuelson em seu livro **Introdução À ANÁLISE ECONÔMICA**.

1 — A Economia é o estudo das atividades que, com ou sem dinheiro, envolvam operações de troca entre pessoas.

2 — Economia é o estudo da maneira pela qual os homens selecionam o emprego de fatores de produção escassos ou limitados (terra, mão-de-obra, bens de capital, tais como maquinaria e conhecimento técnico) para produzir várias mercadorias e distribuí-las, para consumo, para que a sociedade satisfaça suas necessidades.

3 — A Economia é o estudo dos homens no curso comum de sua existência, ganhando e desfrutando a vida.

(5) *Ibid*, p. 9.

4 — A Economia é o estudo da maneira pela qual a humanidade realiza a tarefa de organizar suas atividades de consumo e produção.

5 — Economia é o estudo da maneira pela qual os homens e a sociedade decidem, com a utilização ou não do dinheiro, empregar recursos escassos a fim de produzir diferentes mercadorias ao longo do tempo e distribuí-las para consumo, no presente e no futuro, entre várias pessoas e grupos da sociedade.

“Max Planck, o famoso vencedor do prêmio Nobel de Física, que foi o primeiro a apresentar a teoria da física quântica, declarou certa vez, com modéstia, que havia decidido a ser economista, mas que desistira porque achara a matéria demasiado difícil. Quando contaram isso ao pioneiro da moderna lógica matemática, Lord Bertrand Russel, este retrucou: É estranho. Eu abandonei a Economia porque era demasiado fácil”. (6)

INTERDISCIPLINARIDADE DA ECONOMIA

A Economia ou Economia Política tem pontos de contato com outras importantes disciplinas. A Sociologia, a Ciência Política, a Psicologia e a Antropologia, sendo todas ciências sociais, todas têm pontos comuns com a Economia e esta se vale de todas as suas irmãs no corpo da sua teoria.

A Economia também se vale em grande parte, do estudo da história, tendo que recorrer a instrumentos analíticos para interpretações dos registros históricos.

A economia em seu estudo quantitativo, apóia-se no estudo da Estatística, no estudo das probabilidades, nos métodos matemáticos e com a ajuda da matemática e estatística, criou-se um ramo novo da Economia, que é, a Econometria, de grande ajuda para a programação e planejamento do Desenvolvimento Econômico.

“Assim como a Economia se beneficia do trabalho das Ciências Sociais, estas se beneficiam da Economia. Isso talvez se torne óbvio no caso da Ciência Política e do governo. Como poderá alguém estudar legislação e plataformas políticas, sem compreender os problemas econômicos envolvidos? Até mesmo no campo da Antropologia Cultural só nos é possível medir a força do hábito depois de ficarmos sabendo até que ponto chega a força das correntes econômicas a que ela resiste. Historiadores profissionais estão sendo obrigados a

(6) Paul SAMUELSON, *Introdução à Análise Econômica*, p. 27.

refazer suas crônicas padronizadas, com base em ponto de vista modificados a respeito das concepções econômicas a que anteriormente não davam muita importância" (7).

O estudo dos fenômenos econômicos podem originar:

a) Uma economia descritiva das categorias e mecanismos econômicos.

b) Uma Economia aplicada, ou seja, a Economia Política propriamente dita, que trata das decisões que conduzem a resolução dos problemas econômicos.

Tais decisões podem referir-se a aspectos limitados e particulares da atividade econômica, por exemplo, políticas referentes aos preços de certas mercadorias e aos salários que privam em alguma ou algumas ocupações; ou também podem referir-se ao conjunto das atividades econômicas totais, que influem nos níveis gerais de preços, de salários, de ocupação.

A Análise Econômica ou Teoria Econômica, constitui a ligação, entre a Economia descritiva e a política Econômica: Analisa os fenômenos descritos pela primeira e descobre as leis que os ligam; e proporcionam instrumentos de análises que ajudam a resolver problemas que a Política Econômica tem de resolver. (8)

CLASSIFICAÇÃO DA CIÊNCIA ECONÔMICA

A grande dificuldade que resulta da classificação da ciência Econômica é de não fazer uma perfeita distinção, dentro da Economia, de dois ramos interligados, mas distintos: A Economia Formal e a Economia Política. Nos termos da análise histórica, poderíamos fazer uma classificação que agradasse aos economistas ortodoxos e mesmo aos dissidentes, que poderia chamar-se: Classificação Usual da Ciência Econômica.

Nesta classificação, a Economia seria em primeiro lugar sujeita a uma divisão básica entre a Economia Positiva ou Análise Econômica que trata de descrever o sistema Econômico em termos do que ele efetivamente é, e a Economia Normativa, que estabelece os objetivos a serem atingidos. A Economia Positiva tem um cargo de doutrina central, consubstanciado na Microeconomia e na Macroeconomia, e ramos auxiliares, subsidiários, de uma forma ou de outra, à Micro e à Macroeconomia: a Teoria da Moeda e do Crédito, a Teoria do

(7) *Ibid.*, p. 28.

(8) Francisco ZAMORA, *La sociedad economica moderna*, p. 16, 17.

Comércio Internacional, a Teoria do Desenvolvimento Econômico, a Economia do Trabalho, Finanças Públicas, Economia de Empresas etc.

A Economia Normativa, por sua vez, subdivide-se em Política Econômica, que trata dos instrumentos de curto prazo, e Planejamento Econômico, que se refere aos instrumentos de longo prazo, ambos visando a atingir os objetivos estabelecidos pela Economia Normativa.

Esta classificação parece razoavelmente lógica e abrangente e de fácil compreensão, pretendo refletir bem os esforços de elaboração da teoria econômica capitalista e as diversas especializações surgidas dentro dela. Entretanto, esta lógica é apenas aparente. Os equívocos são de ordem factual e metodológica.

“Unidades que se mantêm obstinadamente depois de tantos erros, tantos esquecimentos, tantas novidades, tantas metamorfoses, mas que sofrem às vezes mutações tão radicais que se teria dificuldade em considerá-las como idênticas a elas mesmas (como afirmar que é a mesma economia que encontra, ininterrompida, dos Fisiocratas a Keynes ? (9)

Na Epistemologia das Ciências Humanas, vamos encontrar uma nova classificação, que está baseada fundamentalmente na distinção, dentro da Análise Econômica, de dois setores diversos, embora altamente interdisciplinar: A Economia Formal e a Economia Política, nesta classificação que pretende ser mais operacional dentro da epistemologia, à medida que encaminha a solução de um problema crucial para os economistas de todos os países subdesenvolvidos, estes sentem-se fascinados pelas conquistas da ciência econômica dos países desenvolvidos, mas percebem que essa ciência foi elaborada para uma realidade econômica e social que não é a deles. A alternativa de tudo negar e de pretender construir toda uma análise econômica para os países subdesenvolvidos, ou para determinados países entre os subdesenvolvidos, é tão inaceitável quanto a de transplantar, com ou outra adaptação, a teoria econômica ortodoxa para os países subdesenvolvidos.

Pela nova classificação temos: a Ciência Econômica divide-se em:

Análise Econômica, que se divide por sua vez em: economia Formal, que são: Conceitos Microeconômicos, Conceitos Macroeconômicos,

(9) George CANGUILHEM, Sobre uma epistemologia concordatária, **Tempo Brasileiro**, 28a.

Econometria. E Economia Política (positiva) que é o estudo dos sistemas Econômicos de Países ou regiões, de Setores Econômicos e da História Econômica.

Economia Normativa que se subdivide em: Política Econômica e Planejamento Econômico.

História do Pensamento Econômico.

Por outro lado, se examinarmos a teoria econômica ortodoxa, veremos que esta, além de tentar elaborar um modelo para a economia capitalista de mercado, desenvolveu toda uma série de conceitos e de modelos parciais que são eminentemente metodológicos e formais. Por esse prisma, uma grande parte da análise econômica é constituída de uma série de conceitos e teoremas lógicos, que não pretendem descrever nenhuma realidade efetiva, mas servir de instrumento para a análise econômica dos fatos reais. Os teoremas são meras construções lógicas, formais, que ganham validade na medida em que os pressupostos em que estão baseados correspondem à realidade. Os conceitos independem, inclusive, de qualquer pressuposto. Possuem uma lógica interna que lhes é própria. Muitas vezes, são simples definições e classificações, não sujeitas a qualquer teste empírico, na medida em que valem por si mesmas.

A existência desses conceitos, teoremas e modelos lógicos dentro da ciência econômica foi observada por inúmeros economistas. Quem, porém melhor conceituou o problema foi Schumpeter. Diz-nos ele:

“Há, todavia, também outro caminho, para interpretar nosso conhecimento conceitual, que é mais semelhante à lógica. Se estabeleço, por exemplo, que — sob determinadas condições — o lucro imediato de uma empresa será maximizado quando para determinado produto o custo marginal se iguala à receita marginal (este último igualando-se ao preço no caso da concorrência pura), é-me lícito dizer que estou formulando a lógica da situação, e o resultado é verdadeiro, se for uma regra de lógica geral, independentemente de alguém agir ou não sempre em conformidade com ela”. (10)

Mas Schumpeter, além de identificar toda uma área da análise econômica com um tipo de lógica, vai mais além e já sugere a divisão que estamos propondo entre Economia Formal e Economia Política, quando diz:

“Tal fato significa que há uma classe de teoremas econômicos que são normas ou ideais lógicos (não, porém, éticos ou políticos). E que,

(10) Joseph SCHUMPETER, *História da Análise econômica*, p. 39.

evidentemente, deferem de outra classe de teoremas econômicos que se baseiam diretamente em observações, como, por exemplo, a expectativa a respeito do aumento das oportunidades de empresa, afeta os gastos dos operários com bens de consumo..." (11).

Nesse mesmo contexto, Schumpeter considera extremamente feliz a afirmação de Joan Robinson, evidentemente calcada nessa mesma linha de pensamento, de que "a teoria econômica é uma caixa de instrumentos". (12) Nessa mesma linha de raciocínio, a própria Joan Robinson nos afirma:

"A generalizações das "leis econômicas" geralmente as apresenta tão acauteladas que parecem tautológicas, dependendo, para sua validade, de suas próprias definições..." (13).

Economia Formal seria o conjunto de definições, teoremas e leis econômicas que possuem um conteúdo eminentemente lógico ou formal. Não pretendo descrever nenhuma realidade objetiva, nem mesmo descrever, teoricamente, um sistema econômico abstrato. A Economia Formal é metodológica. É a "caixa de instrumentos" a que Joan Robinson se referia. Sua validade independe da observação dos fatos econômicos, na medida em que ela não os descreve, da mesma forma que a Matemática, a Lógica ou a Estatística são ciências adjetivas, metodológicas, que fornecem instrumentos para as ciências substantivas, que explicam a realidade.

Na Economia Formal poderíamos incluir uma série de conceitos e modelos abstratos, que não se referem a nenhuma realidade específica, mas podem ser utilizadas para a compreensão da realidade. Na Microeconomia, por exemplo, temos os conceitos como os de procura, de oferta, de função de produção, de custos, de lucro, de elasticidade, de isoquantas e isocustos, de marginalidade.

Temos teoremas, como o de que o lucro é maximizado quando o custo marginal é igual à receita marginal, ou de que a combinação ótima de fatores nos é dada pelo ponto de tangência entre as isoquantas e os isocustos. Temos, também, meras equações como a de que o lucro é igual à receita menos o custo ou a de que custo médio é igual ao custo total dividido pela quantidade produzida. Na Macroeconomia, embora os elementos da Economia Formal não sejam tão abundantes, temos, por exemplo, todo o sistema de custos nacionais,

(11) *Ibid.*, p. 40.

(12) *Ibid.*, p. 45.

(13) Joan ROBINSON, *Prática de análise econômica*, p. 13.

que não passa de um sistema de conceitos e classificações formais, temos o conceito de Multiplicador, a equação de trocas, equação da renda, renda de equilíbrio etc.

UNIVERSALIDADE E NEUTRALIDADE

Poderíamos chamar a esta parte da Ciência Econômica de Economia Positiva, ou simplesmente de Economia. Preferimos, porém, reservar apenas para a Ciência Econômica como um todo, incluindo a parte analítica e a parte normativa. Por outro lado, optamos por Economia Política, para a parte de efetiva análise e interpretação do funcionamento dos sistemas econômicos, ao invés de Economia Positiva, para deixarmos bem claro o caráter historicamente situado e ideologicamente condicionado deste tipo de análise. A noção de Economia Positiva, introduzida por economistas neoclássicos, está relacionada com um tipo de análise objetiva, neutra e universal, que nos parece incompatível com a análise dos sistemas econômicos. Por isso, restabelecemos o nome de Economia Política.

Em contrapartida, podemos agora atribuir uma relativa universalidade, a temporalidade e neutralidade à Economia Formal. É claro que mesmo os conceitos e modelos formais surgiram em momentos históricos determinados para fornecer respostas a problemas específicos que os economistas enfrentavam. Mas é difícil atribuir ao conceito de elasticidade uma conotação ideológica, ou ao conceito de produtividade marginal uma limitação histórica. Podemos, sem dúvida, quando estivermos estudando a Economia Política dos salários deixar de utilizar esse último instrumento, ou utilizá-lo como principal elemento explicativo, ou mero auxiliar. Mas não há dúvida de que, enquanto meros instrumentos formais, eles são neutros e universais.

OPERACIONALIDADE BÁSICA DA CLASSIFICAÇÃO

Vista a Análise Econômica sob esse prisma, distinguindo-se a Economia Formal da Economia Política, torna-se evidente a operacionalidade da classificação.

Em primeiro lugar, esta classificação encaminha a solução do problema dos economistas no sentido de encontrarem diante de si uma teoria econômica pretendidamente neutra e universal, mas evidentemente ideológica e histórica. Fica claro, agora, que a Economia Formal possui uma relativa universa-

lidade e neutralidade. Não a Economia Política. A Economia Formal, portanto, é extremamente útil e necessária para todos os economistas, em qualquer parte do mundo. Particularmente para os economistas que visam analisar sistemas econômicos capitalistas. Já a Economia Política, embora deva ser conhecida, é extremamente perigosa, porque é historicamente situada e ideologicamente condicionada.

Sem dúvida, a Economia Formal não é totalmente isenta de influências ideológicas e históricas. Os conceitos e os teoremas formais surgiram em determinados momentos históricos, ligados a determinados interesses ideológicos. O conceito de marginalidade, por exemplo, enquadra-se perfeitamente nessas características.

“O objetivo fundamental da distinção entre a Economia Formal e Economia Política, é o de ressaltar a existência, dentro da Ciência Econômica, de uma série de conceitos e teoremas formais, de caráter metodológico ou adjetivo, possuidores de um grau relativamente elevado de neutralidade e universalidade”. (14)

“Os economistas ingleses, em particular Ricardo e Keynes, acostumaram-se a presumir, como preliminares tacitamente aceitas, as instituições e os problemas da Inglaterra, das respectivas épocas; quando suas obras são estudadas em outros climas e outros períodos, por pessoas que adotam outros padrões de valores de outras realidades, faz-se grande confusão, surgindo, em consequência, dúvidas sobre os objetivos relacionados”. (15)

“Por muchos años he sido profesora de economía teórica; me gustaría creer que gano mi vida honestamente, pero a menudo tengo mis dudas. Me preocupan particularmente la India y otros países en desarrollo cuyas doctrinas económicas llegan primordialmente de Inglaterra y en inglés. ¿Es útil para su desarrollo lo que les estamos enseñando? “. (16)

“En Cambridge, uno o dos de nuestros mejores estudiantes, en casi todos los años, provienen del subcontinente (India) estos buenos elementos que vienen a nosotros para aprender e menudo regresan a su hogar para enseñar, a su vez, y sus alumnos, también, se convierten en maestros y ejercen influencia en el pensamiento a través de otros canales. Por añadidura, los libros y los temas

(14) Joan ROBINSON, *La segunda crisis del pensamiento económico*, p. 12.

(15) *Ibid*, p. 13.

(16) *Ibid*, p. 13.

elegidos para examen portan el sello de la enseñanza inflesa. Tenemos una gran responsabilidad sobre nuestros hombros. Estamos haciendo mas mal que bien ? Tristemente pienso en el mal que hacemos". (17)

"Debemos admitir la existencia de juicios políticos en toda doctrina económica siempre e cuando aquélla no sea um formalismo trivial. Pero quizá el mayor absurdo possible sea aceptar las doctrinas debido a nuestras coincidencias con su contenido político. Tambien es absurdo rechazer un análisis debido a nuestro desacuerdo con los juicios políticos del autor del razonamiento en question. Desafortunadamente, este tipo de errores en el enfoque son muy comunes en la ciencia económica". (18)

É muito importante para quem trabalha com economia ler estes trechos de Joan Robinson, pois assim fica sabendo, como foi que o mundo pode ficar dividido entre nações ricas (centro) e pobres (periferia).

MÉTODO

As doutrinas, interpretações, e teorias que concluem a tradição dos ensinamentos econômicos são desenvolvidos e explicados pelo método de análise peculiar para o sujeito. O método é selecionar do fluxo da História (incluindo o presente como história) qualificado tal como mercadorias, prelos, unidades monetárias, terra cultivável, equipamento produtivo, empregadores, trabalhadores, e proprietários de riqueza, especialmente o ambiente econômico no qual eles se interagem, e colocá-los em um modelo no qual suas interações são completadas por uma espécie de quase-lógica-matemática.

Um modelo representa uma hipótese sobre a realidade. Em Ciências Naturais, hipóteses podem ser testadas em evidência, tiradas de uma experiência. Mas uma hipótese sobre sociedade não pode ser testada, de maneira igual a Ciências bem desenvolvidas, pelo controle de experimentos em um laboratório, ou pela exata observação de regularidade não mutáveis na natureza. A Economia tem confiado em experimentos lançados pelos eventos, e estes experimentos não são controlados; muitas coisas também estão acontecendo ao mesmo tempo. Se as predições de um modelo passam a ser mais ou menos corretas, podem ser por acidente.

A razão ou objetivo que comanda a predição não é necessariamente justificado pelo resultado. Se as predições se tornarem erradas, é

(17) *Ibid*, p. 26.

(18) *Ibid*, p. 36.

difícil saber em que aspecto o modelo estava errado, ou se a análise se baseou nesse erro. As relações entre um modelo e a realidade espera refletir que estas nunca estejam cortadas e sempre sujeitas a uma variedade de interpretações.

Por esta razão, a economia é um sujeito acadêmico que carece de disciplina intelectual de ciências naturais; maus hábitos são difíceis de eliminar de ensinamentos tradicionais e de fato, alguns maus hábitos têm mostrado persistência marcante. Tal é colocar hipóteses que não-possuem relações concebíveis com a realidade e então elaborar argumentos em termos delas, para obter resultados, tudo em um sistema completamente circular de idéias.

O elemento mais essencial para incluir em qualquer parte da análise é uma indicação da natureza do sistema social ao qual é aplicado. Relações Econômicas, são relações entre povos. Relações técnicas — entre a humanidade e o universo coloca as condições dentro das quais a vida econômica é dirigida, e enquanto o nível de desenvolvimento tecnológico da sociedade humana tem influência importante nas relações dentro dela, condições técnicas nas as determinada completamente.

Ao mesmo tempo, relações entre povos em uma economia, tem importante influência na espécie de tecnologia que ela desenvolve. Por exemplo, uma sociedade de camponeses independentes, as famílias não adotariam os métodos de cultivo usados em larga escala pelos fazendeiros capitalistas empregando trabalhadores à base de salários.

A interação entre as relações tecnológicas e humanas é o objetivo da análise econômica.

CONCLUSÃO

A Ciência Econômica dos fisiocratas e dos clássicos tem sofrido grandes modificações e mesmo grandes golpes. Mudanças através dos Marginalistas, da Escola de Viena, e da Análise dos neoclássicos, principalmente Alfred Marshall com sua teoria do Equilíbrio.

“La situación epistemológica de esta ciencia podría, pues, razonablemente caracterizar-se, hoy, mediante un doble movimiento. En el plano tecnológico, vemos constituirse un conjunto abstrato de instrumentos, tomado, ante todo, de las ciencias da natureza y progressivamente renovado, en seguida, com miras a una instrumentacion original; en el plano de la determinacion que la

vincula siempre más a las otras disciplinas humanas, para desembocar, idealmente, un un conocimiento científico del hombre, del aún no podemos descubrir nada más que los primeiros índices". (20)

Vemos, portanto, que esta distinção que estamos propondo entre Economia Política e Economia Formal, além de possuir lógica própria, é altamente operacional. Apresenta, todavia, uma dificuldade importante de ordem prática. Ao contrário, na medida em que apresenta uma perspectiva relativamente nova, não reflete o desenvolvimento da Ciência Econômica. Todos os livros e capítulos de livro que tratam de Economia Formal o fazem misturando com a Economia Política.

Não queremos negar essas dificuldades. Todavia, elas poderão ser superadas. E é justamente o estudo da epistemologia da ciência econômica, que irá esclarecer através dos tempos, essa diferenciação, e além de nos orientar a respeito do método científico que deveremos utilizar, ela nos permite distinguir toda uma área da ciência econômica, que, sendo metodológica, possui um razoável grau de universalidade e neutralidade, de outra área substantiva, à qual faltam essas qualidades.

BIBLIOGRAFIA

CANGUILHEM, Georges. Sobre uma epistemologia concordatária, **Tempo Brasileiro**, 28ª.

FURTADO, Celso. **Nova economia política**. Rio, Paz e Terra.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**, Rio, Imago.

O mito da neutralidade científica. Rio, Imago.

PIAGET, Jean. **Epistemologia de las ciencias humanas**. B. Aires, Proteo.

ROBINSON, Joan. **Prática de análise econômica**. Rio, Fundo de Cultura.

La segunda crisis del pensamiento economico. Mexico, Editorial Actual.

(20) Jean PIAGET, *Epistemologia de las Ciencias Humanas*, p. 89.

SAMMUELSON, Paul. **Introdução à análise econômica**. Rio. Agir.

SCHUMPETER, Joseph. **História da análise econômica**. Rio, Fundo de Cultura.